

Capítulo 4 - DOI:10.55232/1083002.4

**“ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UM CONTEXTO
HISTÓRICO COM UM OLHAR PARA O FUTURO”**

**Otacilio José Moreira, Patrícia De Paiva Vieira Santos, Mariana Aline
Ribeiro Novaes e Carlyle Tadeu Falcão De Oliveira**

RESUMO: A frequente instabilidade econômica e política global, agravada no Brasil com a Pandemia da COVID-19, aumentou o número de desempregados, podendo se aprofundar ainda mais sob os efeitos da era digital. Esses fatores serviram para enfatizar as deficiências do atual sistema de desenvolvimento e confirmar a necessidade de desenvolvimento de uma solução alternativa ou complementar. Nesse contexto, a Economia Social e Solidária (ESS) surge como uma solução viável para reequilibrar os objetivos econômicos, sociais e ambientais do país. Trata-se de um ensaio teórico realizado com suporte de uma revisão sistemática de literatura. Como objetivo geral, buscamos analisar a ESS à luz de seu surgimento, entendendo o momento presente e avaliando os seus desafios futuros. Dentre os objetivos específicos, procuramos descrever e compreender a ESS e suas vertentes; caracterizar os princípios da ESS; entender as dificuldades encontradas na área e qual é o futuro do movimento, com ênfase em sua consolidação, seu desenvolvimento e auto sustentação. O artigo contribui para a compreensão do passado, presente e análise do futuro da economia solidária no Brasil, concebido como um modelo de desenvolvimento econômico independente do setor público e do setor privado tradicional ou terceiro setor.

Palavras-chave: Economia Solidária, Cooperativismo, Sustentabilidade social.

INTRODUÇÃO

Nos países da América Latina, na virada do milênio, um amplo e autoconfiante movimento de economia popular e solidária se formou como núcleo de um "socialismo para o século XXI", promovendo uma forte influência no Fórum Social Mundial e nos desenvolvimentos e discursos acadêmicos na América Latina e Europa (ELSEN, 2019).

Ao mesmo tempo, iniciativas, de Economia Solidária foram desenvolvidas nos estados de bem-estar europeus como respostas às novas inseguranças sociais, às mudanças nos mercados de trabalho e ao desmantelamento da seguridade social.

De acordo com Scherer-Warren (2006), uma compreensão acerca da nova configuração da sociedade civil organizada; pode explicitar os múltiplos tipos de ações coletivas do novo milênio, permitindo explorar a diversidade identitária dos sujeitos, a transversalidade nas demandas por direitos, as formas de ativismo e de empoderamento social por meio de articulações em rede, bem como, a participação política das organizações em rede. Por isso, observamos o movimento de Economia Solidária numa crescente conscientização de grupos da sociedade civil para a transformação eco social que permita enfrentar as mudanças socioeconômico e climáticas bem como suas consequências. Trata-se de abordagens cooperativas, predominantemente orientadas para a subsistência, tanto em áreas urbanas como rurais, com possibilidades de ir além da completa dependência de estruturas de abastecimento baseadas na lei de oferta e demanda. As consequências da falta de mercado de trabalho e da indiferença social são responsáveis por fortalecer as correntes sociais que representam ideias alternativas de bem-estar e uma vida melhor para todos.

Quanto à racionalidade, princípios de coordenação e motivações, de acordo com Silva (2018), o modelo empreendedor de Economia Solidária inclui um amplo conjunto de iniciativas econômicas baseado na autogestão, objetivando garantir trabalho e renda aos seus associados. Ele ressalta a existência dos seguintes princípios básicos: associação voluntária entre trabalhadores engajados em questões de interesse comum; posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática do empreendimento e repartição da receita líquida entre os associados.

A Economia Solidária é uma área central de ação social, integrada ao contexto sociocultural da comunidade (POLANYI, 1957). Lima (2007) afirma que “tanto o desenvolvimento sustentável quanto a Economia Solidária necessitam de novos

princípios e valores, sendo um contradiscurso, uma contra hegemonia na perspectiva gramsciana”. Por isso, Lima (2007) afirma que são muitos os significados do desenvolvimento sustentável e da Economia Solidária que são usados em face da manifesta crise social e econômica, pois busca-se uma mudança de paradigma das práticas individuais para as coletivas, permeadas pela sociabilidade e solidariedade, ligadas à autogestão e movimentos sociais, ao contrário da heterogestão, cujo objetivo maior é a lucratividade.

Já para Barreto et al. (2021), a crise global, desencadeada pela pandemia COVID-19, aumentou o desemprego e as profundas desigualdades socioeconômicas. Por outro lado, as manifestações sociais cresceram, como expressão de repúdio ao capitalismo que só enxerga o mercado (KENWORTHY, 2020). Por meio desse repúdio, as manifestações destacam as assimetrias socioeconômicas predominantes, exigindo uma recomposição das políticas econômicas que vêm prevalecendo na sociedade mundial desde século passado (PRESTA, 2020). Conforme Guadarrama Sánchez (2019), essa situação tem permitido o aumento gradual das práticas socioeconômicas, a chamada economia social e solidária, apoiada pela comunidade e com propósito equitativo como alternativa sustentável para promover diferentes comportamentos organizacionais.

Os fundamentos da Economia Solidária, incluem, ainda, uma compreensão ampliada do trabalho, pessoal, familiar, de cuidados, de engajamento cívico e todas as outras formas de trabalho socialmente significativas e necessárias (NEGT, 2011).

A economia solidária refere-se a organizações e empresas baseadas nos princípios de solidariedade e participação, que produzem bens e serviços ao mesmo tempo em que buscam objetivos econômicos e sociais. Apesar da importância do assunto, ele ainda está em construção e consolidação, sendo necessária uma revisão da literatura para aumentar a contribuição nesse sentido, abordando sua evolução. (DUQUE et al., 2021).

Para Godoy et al (pág. 88, 2020) “a autossustentação é tida como limitada ou utópica na perspectiva dos seguidores da linha Singeriana, pois a organização de iniciativas solidárias é relativamente mais lenta do que a organização de unidades convencionais de mercado e as fragilidades das iniciativas impediriam o desenvolvimento destas redes”. Nesse sentido, os autores consideram a necessidade das iniciativas solidárias se tornarem plurais a fim de que possam atingir diferentes setores, consigam se

estruturar melhor e assim adquirir maior visibilidade para fazer frente ao mercado capitalista.

Godoy et Al citam que, “uma grande condição do modelo emancipatório da economia solidária é a observância da equidade, a participação, o esclarecimento, a justiça, e a participação nas riquezas ou resultados, para que todos sejam parte da iniciativa e tenham responsabilidades equilibradas entre si, partilhando também dos benefícios e frutos do trabalho.

No caso brasileiro, Godoy et al (2020) reforçam ainda que, existe uma contradição das práticas assistencialistas propostas pelo modelo solidário, uma vez que as associações ou agrupamentos solidários muitas vezes fomentados por incubadoras tecnológicas, por centros públicos de economia solidária, por ONG’s, ou por algum outro tipo de promoção de atividades laborais de grupos de atores marginalizados, acabam por confundir-se por um viés assistencialista.

Sendo assim, a questão problema, que motiva esta pesquisa é: com base nas origens e situação atual do movimento de economia solidária no Brasil, qual o futuro desse movimento no país?

O objetivo principal é fornecer um panorama futuro da Economia Solidária no Brasil com base no contexto histórico desse movimento no país. Para consecução desse objetivo será realizado um mapeamento científico identificando as principais contribuições de autores que já pesquisaram a Economia Solidária, observando a realidade brasileira com suas relações e divergências a outros países.

Este artigo discute a Economia Solidária, por meio de pesquisas básicas e exploratórias de artigos selecionados via revisão sistemática de literatura – RSL (2016 a 2021), conforme figura 1, contemplando a base Scopus e Science Direct e a inclusão de alguns artigos considerados alinhados com o tema.

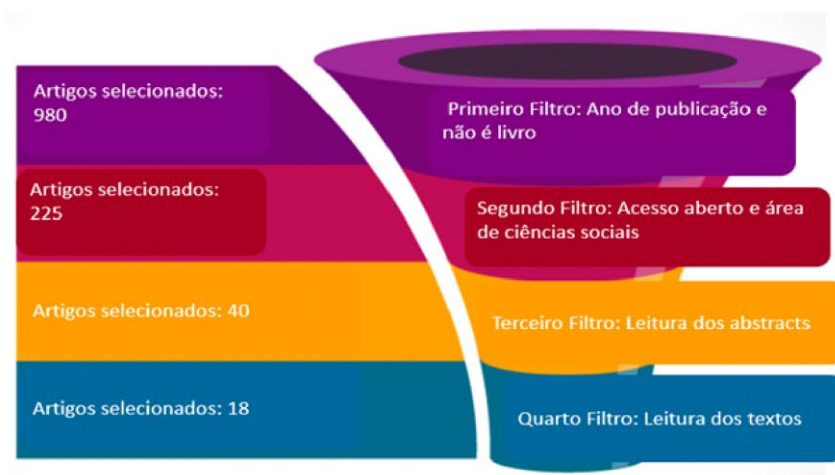


Figura 1:Resumo da RSL. Fonte: Elaborada pelos autores.

Os trabalhos selecionados pela RSL levaram em conta temas sobre as iniciativas históricas do movimento cooperativo no âmbito nacional, os autores que buscavam ampliar o conhecimento teórico e incentivar a compreensão sobre a Economia Solidária, suas possibilidades e impactos socioeconômicos, bem como prover um olhar para o futuro sobre essa área.

Os principais autores selecionados pelo último filtro se encontram na tabela 1:

Tabela 1: Lista de autores selecionados

AUTOR (ES)	TÍTULO	ANO
BARRETO, Karol; DUQUE, Pedro; MEZA, Eduardo e GIRALDO, David	Economía Social y Economía Solidaria: un análisis bibliométrico y revisión de literatura	2021
BELL, M. P., LEOPOLD, J., BERRY, D., e HALL, A. V.	Diversity, Discrimination, and Persistent Inequality: Hope for the Future through the Solidarity Economy Movement	2018
ELSEN, Susanne	Community-based economy and ecosocial transition	2017
GAIGER, Luiz Inácio	The Solidarity Economy in South and North America: Converging Experiences	2017
GUADARRAMA Sánchez, G. J.	El modelo de fundaciones comunitarias en México : una aproximación desde la perspectiva de los bienes comunes	2019

KENWORTHY, L.	Social Democratic Capitalism and the Good Society. Social Democratic Capitalism	2020
AUTOR (ES)	TÍTULO	ANO
SILVA, Sandro Pereira	O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas	2017
SINGER, Paul	Introdução à economia solidária	2018
SINGER, Paul	Economia Solidária – Volume 2	2022
BABIĆ, Zdenko; BATURINA, Danijel	Current Challenges and future potentials of Social Economy in Croatia	2020
PRESTA, S. R.	Economía social y solidaria, trabajo y «don de sí mismo»	2020
VIEIRA, Patricia Carvalho	Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil	2021

Fonte: Os autores

Acredita-se na relevância do estudo, pois a frequente instabilidade econômica e política global, agravada no Brasil com a Pandemia da COVID-19, aumentou o número de desempregados, podendo se aprofundar ainda mais sob os efeitos da era digital. Assim, para os autores, esses fatores serviram para enfatizar as deficiências do atual sistema de desenvolvimento e confirmar a necessidade de desenvolvimento de uma solução alternativa ou complementar. Nesse contexto, a Economia Solidária (ESS) surge como uma solução viável para reequilibrar os objetivos econômicos, sociais e ambientais do país. Este artigo se justifica em virtude da possibilidade de que ao revisitar o passado e analisar o presente, seja possível trazer um olhar de futuro para o movimento da Economia Solidária no país.

A Economia Solidária no Brasil

O surgimento

De acordo com Allanbademel (pág. 154, 2018), a economia solidária surgiu no século XIX, tendo como objetivo proteger os trabalhadores submetidos a difíceis condições de vida no contexto da industrialização e do capitalismo liberal; surge como uma ferramenta na luta contra a pobreza e a coesão social.

Segundo Lachet (2002, p. 11), o conceito aparece pela primeira vez no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti. Nele, Luis

Razeto aponta a Economia Solidária como uma teoria elaborada para compreender experiências econômicas que compartilham traços de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, diferentemente de outros tipos de formações econômicas (1993 apud LACHET, 2002).

De acordo com Nagem e Silva (2013, p. 160), a Economia Solidária é um conjunto de atividades cujo objetivo é a democratização da economia por meio do engajamento de indivíduos em grupos coletivos de organização do trabalho. Tais organizações podem ser feitas de várias maneiras: dentre elas, há a criação de empresas auto gestionárias, em que a tomada de decisão é feita por meio da democracia. Além disso, outras formas de associativismo e cooperativismo podem surgir.

Na Economia Solidária, os meios de produção são de posse coletiva dos indivíduos que as utilizam e produzem efetivamente; a gestão da empresa é democrática e pode ser feita por meio da participação direta ou da representação; a receita líquida é repartida igualmente entre todos que cooperaram e o destino do excedente econômico também é debatido e escolhidos pelos próprios cooperadores (NAGEM e SILVA, 2013, p. 160).

A criação de tal experiência econômica foi por operários, no início do capitalismo industrial, como uma reação à pobreza e ao desemprego existentes no início do século XIX, diante de um cenário cada vez mais mecanizado. Os trabalhadores se uniram com o objetivo de “de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas.” SINGER, [s.d.], p. 4). Também é importante ressaltar, como afirma Singer ([s.d.], p.4) que a Economia Solidária teve uma estrutura fundamentada na ideologia socialista.

O conceito surge, no contexto latino-americano, na década de 1990, em um período em que o mercado de trabalho estava desestabilizado. Dessa forma, as agendas dos movimentos sociais e sindicais ganharam visibilidade, o que criou “grupos coletivos auto gestionários que fazem do trabalho associado uma alternativa de inserção no circuito econômico, com vistas à geração de renda para as pessoas envolvidas” (SILVA, 1990, p. 12).

No Brasil, Paul Singer foi um dos mais relevantes militantes da Economia Solidária. Em 1996, o autor utilizou o termo pela primeira vez no país, ao publicar um artigo no jornal Folha de São Paulo sobre como a Economia Solidária poderia ser utilizada

para aplacar o desemprego. Em 2001, ele lança a obra *Introdução à Economia Solidária*, popularizando ainda mais a teoria no Brasil (SILVA, 1990, p. 15).

Carvalho (2012) afirma que ao final do século XX, no Brasil, observa-se o surgimento de um conjunto de iniciativas dos trabalhadores que têm como objetivo a construção de práticas distintas ao assalariamento para aqueles que se encontravam em situação de desemprego ou trabalho precário. Cita que esse novo modelo, é a Economia Solidária, fenômeno econômico e social que apregoava a solidariedade como princípio e fim da atividade econômica.

“Traços comuns dessas iniciativas são a autoajuda e ajuda mútua, a autogestão, os princípios de solidariedade e igualdade (próprios do cooperativismo e associativismo), além da bandeira de um novo e possível projeto de sociedade “alternativa” à capitalista, uma possibilidade de emancipação do trabalho e do sistema, analisado como causador da desigualdade, da pobreza e exclusão”.

(CARVALHO, 2012)

Dentre os traços comuns às iniciativas de Economia Solidária, destacam quatro princípios como essenciais, são eles: a cooperação, a autogestão, a solidariedade e, a viabilidade econômica (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006). Esses princípios são apresentados pelo Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, conforme a tabela abaixo (adaptado).

Tabela 2. Princípios presentes no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.

Cooperação	Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
Autogestão	Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

Solidariedade	Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadoras e consumidoras.
Viabilidade Econômica	Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, 2006.

Dias atuais

Apesar dos desafios que a Economia Solidária ainda enfrenta, ela continua crescendo e apresentando resultados significativos em diversos lugares do mundo, principalmente em relação aos benefícios trazidos no campo da geração de postos de trabalho, rendimento, fomento ao desenvolvimento local e preservação ambiental. (SILVA e SILVA, 2008, p.12).

Quanto ao caráter dos empreendimentos de Economia Solidária nos dias de hoje, de acordo com Singer (2002b), “atualmente, a maioria dos empreendimentos solidários é de caráter intersticial. Surgiram como respostas a crises nas empresas, ao desemprego e à exclusão social”. Para Cary (2015), “as experiências da Economia Solidária, por sua capacidade de produzir bens e serviços abertos a todos, fariam parte dessa linha de propriedade social, nos dias de hoje enfraquecida pelo aumento das desigualdades e pela dominação do pensamento neoliberal”.

No Brasil, apesar de passos fundamentais já terem sido dados em direção a construção de um modo de produção alternativo, segundo Singer (2002a), essa forma de produzir ainda está no começo. Ou seja, para o autor, passos importantes e etapas vitais, já ocorreram; embora de forma modesta, em função das dimensões geográficas e populacionais, eles trouxeram resultados expressivos para os dias atuais. Dezenas de

milhares tiveram resgatados, o autorrespeito, a dignidade humana e a cidadania; o que segundo Singer, justifica o esforço investido na Economia Solidária.

Uma das características dos empreendimentos solidários no Brasil, é que a produção de bens é a atividade principal das associações e dos grupos informais, correspondendo a 70%. Na maior parte dos casos, a venda pode ser feita de forma livre ou informal e, em outras situações, ela pode ser feita através de uma cooperativa parceira. (VIEIRA, 2021).

A extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES, demonstrou no último e mais recente mapeamento, realizado entre fins de 2009 e início de 2013 pelo Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES), que a maioria dos empreendimentos de Economia Solidária (EES) se concentravam na região nordeste do Brasil e em áreas rurais, conforme demonstrado no gráfico abaixo, resgatado de um estudo sobre as Espacialidade da Economia Solidária no Brasil.

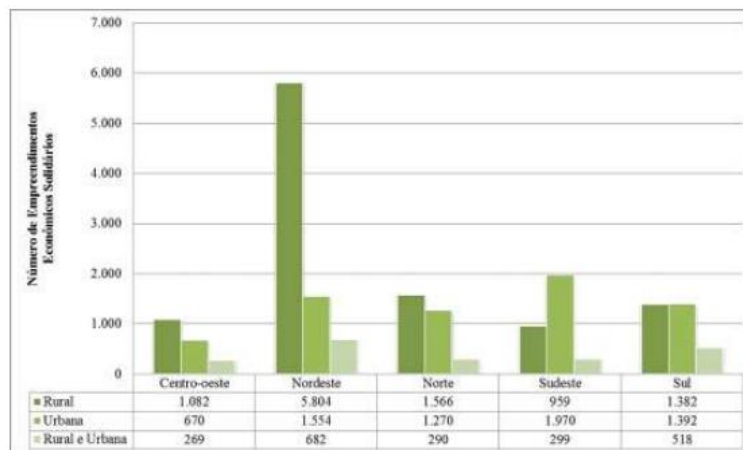


Figura 1. Empreendimentos econômicos solidários no Brasil.
Fonte: AZEVEDO; ALIÓ; SILVA, 2016.

Ainda segundo o último mapeamento da SIES, naquele momento existiam 19.708 empreendimentos de economia solidária no país, “organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos EES, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) são de EES revisitados”. (IPEA, 2016, p.12). Embora o trabalho de campo da SENAES tenha se estendido em alguns estados apenas até o início de 2013, em virtude de alguns problemas administrativos, observa-se que o banco de dados proporcionado

pelo SIES foi, e ainda é, um importante material informativo a respeito do universo da economia solidária no país. (IPEA, 2016).

Em relação a dimensão da Economia Solidária no Brasil, para Singer (2002a) uma das razões para a ainda modesta adesão seria a falta de conhecimento sobre ela. Ou seja, segundo o autor, “o que impele a Economia Solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da Economia Solidária” (SINGER, 2002, p.28).

No que concerne à pesquisa acadêmica, a temática da economia solidária vem ganhando cada vez mais visibilidade nos últimos anos. Atualmente, é possível encontrar publicações sobre o tema em diversos campos disciplinares como na economia, na sociologia ou na administração, o que demonstra que ela vem conquistando considerável espaço na academia. (FRANÇA FILHO, 2004). São inúmeros os trabalhos científicos em diferentes universidades e em todos os níveis, desde a graduação a pós-graduação, na pesquisa e extensão (FRANÇA FILHO, 2007).

Cabe ressaltar, no entanto, que apesar das publicações sobre economia solidária terem se expandido e serem oriundas de diferentes grupos de pesquisas, Alves et al. (2016), identificaram que ainda existe a necessidade de periódicos com foco e escopo relacionado diretamente à economia solidária. Outra problemática levantada por França Filho, (2007, p.156), é que o “apelo crescente pelo assunto tem conduzido a uma complexidade no seu tratamento, tornando a temática da economia solidária um objeto sujeito a múltiplas possibilidades de compreensão”, o que pode dificultar o entendimento do conceito e sua aplicabilidade.

Recentemente, um fator externo que parece estar contribuindo para esse processo de difusão dos ideais da Economia Solidária é a pandemia do novo coronavírus, surgida na China em dezembro de 2019. Em virtude da necessidade de medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, o Brasil que já possuía muitas pessoas em situação de vulnerabilidade, viu o número de desempregados disparar. De acordo com dados do IBGE, no primeiro trimestre de 2021, mais de 15,2 milhões de pessoas estavam desempregadas no país, um número maior que o estimado pelo próprio instituto.

Diante desse cenário, e na busca por uma possível resposta à crise que se instalou, a Economia Solidária vem se expandindo como uma alternativa ao modelo de economia

capitalista. Tem-se observado, que além das predominantes iniciativas individuais, o poder Público de algumas cidades tem investido em políticas de Economia Solidária.

Uma das ações recentemente noticiada pela mídia foi da Prefeitura de Araraquara, uma cidade do interior de São Paulo que criou o seu próprio 'Uber', onde o repasse do valor da corrida pode chegar a até 95% para o motorista (BRASIL 247, 2022). Para a coordenadora de Trabalho e Economia Criativa e Solidária de Araraquara, a iniciativa visa ajudar motoristas a enfrentarem dificuldades, pois, segundo ela “Assim como em todas as regiões, sabíamos dos diversos problemas que têm afetado os motoristas de aplicativos, como o preço dos combustíveis e a baixa remuneração [...] decidimos chamar esses motoristas para que eles montassem uma cooperativa”.

Em 2021, a cidade do Rio de Janeiro inaugurou a sua primeira Unidade de Desenvolvimento de Economia Solidária, visando “incentivar o consumo dos produtos e serviços vindos diretos dos artesãos e empreendedores, fortalecendo assim a produção da Economia Solidária”, conforme afirmado por Sérgio Felipe, secretário de Trabalho e Renda do município (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2021). Ainda no Rio de Janeiro, a cidade de Maricá, no interior do Estado, demonstra constantemente o sucesso das políticas de Economia Solidária implementadas na cidade, e que foram intensificados para combater os efeitos da pandemia da Covid-19. Segundo reportado no site oficial, estas políticas tornaram-se mecanismo de transformação social à população que mais precisa (PREFEITURA DE MARICÁ, 2021).

Assim, apesar de a Economia Solidária no Brasil ainda se apresentar de “forma heterogênea e marcada por fragilidades e dificuldades técnicas e materiais, que também refletem as desigualdades do país, como o acesso limitado e restrito a direitos sociais, econômicos e previdenciários dos trabalhadores dos empreendimentos solidários”(VIEIRA, 2021), percebe-se que pensar a Economia Solidária têm se mostrado, ainda que não de forma generalizada, como uma alternativa viável na tentativa de minimizar os impactos da crise no Brasil, especialmente após o surgimento da COVID-19.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais importante que se proponha aos cientistas sociais que investiguem e eduquem os alunos sobre governança alternativa, voltando-se para a Economia Solidária como uma forma de proporcionar as mudanças radicais necessárias para alterar a trajetória dos mais vulneráveis. Também seria essencial que as

corporações, ajudassem a lidar com questões sociais enquanto criam valor econômico (Bell et al., 2018).

Um olhar para o futuro

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2019) afirma que os desafios associados à transição do status informal para o formal e o tratamento da precariedade do trabalhador diferem entre os contextos. A OIT cita que, com a introdução de novos tipos de estruturas (como plataformas cooperativas) e a organização dos trabalhadores na economia informal, a Economia Social deverá estabelecer alguns marcos essenciais para uma maior segurança do emprego e do emprego, rendimento e melhor cobertura social.

Ainda a OIT (2019), tanto a nível nacional como internacional, a Economia Solidária precisa sensibilizar todos os seus atores para o papel que desempenha na formação do futuro do trabalho. Esta missão educativa é importante tanto para a sociedade como para o mundo político para tornar visíveis as respostas que a Economia Solidária e as suas inovações podem dar aos desafios do mundo do trabalho. Internamente, também é importante que esses atores façam uma reflexão para determinar como fortalecer certas dimensões do emprego decente dentro dela (proteção social, condições de trabalho, por exemplo). (OIT, 2019)

Para Singer (2002b, p. 113): “A reinvenção da Economia Solidária é tão recente que se torna arriscado projetar a sua tendência de crescimento acelerado para o futuro”. No entanto, o espaço potencial para o desenvolvimento da Economia Solidária é significativo; uma vez que existem novas forças concentradas principalmente nos círculos acadêmicos e empresariais, contribuindo para esses projetos. Já no setor público, os decisores políticos, especialmente a nível local, estes ainda precisam se familiarizar mais com os conceitos de solidariedade, cooperativismo e autogestão, através da economia social solidária e seus potenciais de desenvolvimento, contribuindo para o crescimento da economia e reduzindo as diferenças. (BABIĆ e BATURINA, 2020).

E para que isso ocorra, parece razoável alavancar os potenciais de desenvolvimento da Economia Solidária por meio de campanhas de sensibilização envolvendo os principais atores locais (políticos, população alvo, academia) para atualizar e fomentar a sua implantação; em seguida, formar parcerias estratégicas com instituições educacionais capacitadas à pesquisa e educação no campo da economia social solidária, para dar início a projetos concretos. (BABIĆ e BATURINA, 2020)

A OIT (2029) propõe que as políticas a favor da Economia Solidária só desempenharão plenamente o seu papel se forem realizadas futuramente em coerência umas com as outras. Esta preocupação com a consistência exige um trabalho proativo de informação com todos os ministérios e órgãos públicos envolvidos como mecanismos de coordenação e implementação para monitorar a consistência.

Com esse olhar para o futuro, a OIT (2019) propõe que para ajudar a promover o desenvolvimento da Economia Solidária, é importante que os governos adotem e financiem medidas de longo prazo em apoio, reconhecendo as suas especificidades e o seu valor particular acrescentado, não só em termos de contribuição para a criação empregos e a qualidade dos empregos, mas também em termos de inovação e resposta aos desafios sociais como (cuidados, proteção social, integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho. (OIT, 2019)

Essas medidas podem ser de natureza fiscal (isenção impostos, taxas e tarifas reduzidas), ou se referem a contratos públicos (em utilização de cláusulas sociais a favor de determinados prestadores de serviços por causa de seus objetivos sociais), ou, em especial, prevendo períodos de transição como os pós Pandemia, para que sejam cumpridas todas as condições necessárias para sobrevivência. (OIT, 2019).

No campo do empreendedorismo social, estas sugestões podem ser uma das respostas emergentes para melhorar a qualidade de vida futura das populações menos favorecidas e fazer mudanças nas formas de pensar a economia e apostar no desenvolvimento sustentável.

De acordo com Gaiger (2017), da mesma forma que na Europa e na América Latina, os projetos de Economia Solidária nos Estados Unidos, não pretendiam se limitar a um papel intermediário e funcional, entre o mercado e o Estado. Por isso, buscamos no artigo, não aceitar que os objetivos da Economia Solidária devam ser limitados à renovação de um setor específico (o setor social da economia), ou cumprir apenas uma função subsidiária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária é uma forma de fazer negócios que se baseia em determinados valores e princípios. No entanto, como a formação do termo ainda está em processo de desenvolvimento, alguns princípios de aplicação geral ainda estão se

consolidando para que se apliquem adequadamente a todas os empreendimentos da Economia Solidária. Cabe ressaltar que os quatro princípios anteriormente mencionados; princípio da democracia, princípio da identidade, princípio do financiamento e princípio da solidariedade se aplicam a todo movimento cooperativo. Contudo, até agora ainda não está claro se haverá um conjunto semelhante de princípios para a Economia Solidária no futuro, com base nos quais os empreendimentos possam ser claramente atribuídos à Economia Solidária.

Valores como solidariedade e responsabilidade social passam pela necessidade de recuperar sua importância na sociedade, para que a cooperação na auto-organização possa ser aprendida e aplicada corretamente. Além disso, são imprescindíveis, investimentos para criação de oportunidades de formação especial e de educação continuada na geração de futuros atores da Economia Solidária.

Se por um lado, o início da Economia Solidária alavancou a economia brasileira, ao projetarmos o seu futuro, não podemos deixar de considerar a extinção do Ministério do Trabalho, a dissolução da SENAES e o momento econômico com redução da demanda, e o aumento do desemprego e da informalidade. As ações de Economia Solidária podem encontrar uma saída, em projetos que possam resolver situações de confronto com as forças auxiliares; como o Grupo Carteiro Amigo que, desde outubro de 2000, existe na comunidade da Rocinha para devolver aos moradores o direito básico de receber sua correspondência.

Nota-se um movimento excessivo por parte do setor público na busca por se transformarem em atores dos projetos de Economia Solidária quando, na verdade, seu papel é suportar as condições de enquadramento para projetos e empreendimentos auto-gestionários. É necessário que haja autonomia, para que todas as pessoas que estão ameaçadas pela exclusão social, e/ou que procuram alternativas ao modelo de sociedade orientada para o lucro, ou que simplesmente queiram viver e trabalhar de forma mais independente novamente, possam se unir em torno dos princípios da Economia Solidária: solidariedade, cooperativismo, autogestão e viabilidade econômica.

No entanto, as evidências levantadas nos artigos utilizados colocam em dúvida que isso realmente aconteça sem que algumas mudanças sejam consolidadas no modelo atual, para assegurar um futuro próximo diferente. O potencial existe, pois cada vez mais pessoas de todas as esferas da vida estão ameaçadas de exclusão do mercado de trabalho.

Porém, cabe ressaltar, que a sociedade de hoje perdeu em grande parte a capacidade de trabalhar de forma independente e enfrentar desafios em parceria com outras pessoas.

Bell et al. (2018), sugerem mais investimentos em formas organizacionais alternativas, com objetivos de solidariedade, equidade social, sustentabilidade, democracia e pluralismo como princípios fundadores, pois elas podem fornecer novos espaços de esperança para o futuro.

Segundo Carvalho (2012), é possível que a opção pelos modelos auto gestionários de organização do trabalho não esteja relacionada a processo de amadurecimento consciente de contraposição ao trabalho subordinado, vivenciado nas empresas antes do período falimentar. Essa “opção” é motivada pelas dificuldades da conjuntura econômica, não se configurando em opção política. Há que se considerar o contexto de desemprego vivenciado durante a pandemia da COVID-19 que promoveu o fechamento de muitas empresas (MENEGETTI, 2021).

Este artigo permitiu contribuir para a análise e compreensão da economia solidária, concebido como um modelo de desenvolvimento econômico independente do setor público e do setor privado tradicional ou mesmo do terceiro setor. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura através do Portal CAPES e busca na base de dados World of Science e Scopus como fonte dos documentos. Foram selecionados artigos entre 2016 e 2021, um total de 980 que após filtros consecutivos se resumiram a 18. Nas bases pesquisadas, após a análise dos artigos e as contribuições dos autores citados, a fim de garantir o futuro e preservação dos projetos de economia solidária, parece necessário:

- Continuar e melhorar o trabalho de quantificação e cadastramento dos empreendimentos solidários para medir a contribuição da Economia Social para o emprego e o PIB, com base no âmbito existente.
- Analisar a qualidade das práticas de Economia Social no domínio do trabalho e do emprego.
- Analisar a especificidade dos resultados econômicos das organizações de Economia Social
- Analisar a qualidade da governança composta pelo Estado e as entidades da sociedade civil representativas da Economia Solidária, assim como aquelas que contribuem para o crescimento sustentado do movimento, a exemplo das universidades e outras entidades de apoio à produção de conhecimento e fomento.

- Considerar a produção de dados e investigação nas ciências sociais e humanas sobre os empreendimentos de Economia Solidária como uma missão de serviço público.
- Analisar o propósito social das organizações de Economia Solidária e avaliar os seus impactos socioeconômicos.

A partir dessas perspectivas derivadas desta revisão, abrem-se possibilidades de trabalhos futuros para aspectos como pesquisas que ajudem a desenvolver o conhecimento (que pode levar, em alguns casos, ao reconhecimento) das atividades de Economia Solidária e também gerar conhecimento necessário que dê suporte aos empreendedores solidários. Uma sugestão é avaliar a contribuição dos projetos de economia solidária para o bem-estar social e coletivo que confrontaria a promessa inicial do projeto com a realidade social vigente. Outra seria determinar um marco legal institucional para o cooperativismo já que as leis vigentes para o cooperativismo, são obsoletas e não contemplam as demandas das cooperativas populares formadas pelos empreendimentos solidários.

REFERÊNCIAS

ALLANBADEMEL, Vincent de Paul; L'économie sociale et solidaire versus la pauvreté et l'exclusion: le cas du Tchad; Annales de l'Université de Moundou, Série A - **Faculté des Lettres, Arts et Sciences Humaines**, Vol.5(1), 2018.

ALVES, Juliano Nunes et al. La economía solidaria en el centro de las discusiones: un trabajo bibliométrico de estudios brasileños. **Cadernos Ebape. Br**, v. 14, n. 2, p. 243-257, 2016.

ADLOFF, Frank; LEGGEWIE, Claus (Ed.). O Manifesto do Conviver. **Bielefeld: transcript**, 2014.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; ALIÓ, M. Àngels; SILVA, Rafael Pereira da. Espacialidad de la economía solidaria en Brasil. **Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 21, 2016.

BABIĆ, Zdenko; BATURINA, Danijel. Current challenges and future potentials of social economy in Croatia. **CALITATEA VIETII**, XXXI, nr. 1, 2020, p. 5–23.

BARRETO, Karol *et al.* Economía Social y Economía Solidaria: un análisis bibliométrico y revisión de literatura. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, (138) 2021, p. 1-25.

BELL, M. P., *et al.* Diversity, Discrimination, and Persistent Inequality: Hope for the Future through the Solidarity Economy Movement: Hope for the Future through the Solidarity Economy. **Journal of Social Issues**, 74(2), 2018, p. 224–243.

BRASIL 247. Prefeitura de Araraquara, governada pelo PT, cria 'Uber' próprio; motorista fica com 95% da tarifa. **Brasil 247**, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/prefeitura-de-araraquara-governada-pelo-pt-cria-uber-proprio-motorista-fica-com-95-da-tarifa>. Acesso em: 26 fev. 2022

CARVALHO, Keila Lúcio de. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos IPEA**, CODE, 2011.

CARVALHO, Mariana Costa. Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. 2012. 119 p. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CARY, Paul; LAVILLE, Jean-Louis; L'économie Solidaire : Entre Transformations Institutionnelles et Chantiers Théoriques; **Revue Française de Socio-Économie**; 2015/1 n° 15 pages 23 à 37

DUQUE, Pedro; MEZA, Oscar Eduardo; GIRALDO, David; BARRETO, Carol; **Economía Social y Economía Solidaria: un análisis bibliométrico y revisión de literatura**; REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos; (138) 2021: 1-25; 2021.

ELSEN, Susanne. Community Based Economy and Ecosocial Transition. In: MATTHIES, Aila-Leena; NÄRHI, Kati (Ed.). **The Ecosocial Transition of Societies: The contribution of social work and social policy**. Oxford: Routledge, 2019, p. 54-70.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. **Cadernos Ebape. Br**, v. 2, n. 1, p. 01-18, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.

FONTENEAU, Bénédicte; POLLET, Ignace; La Contribution de L'Économie Sociale et Solidaire et de la Finance Solidaire à L'avenir du Travail; **Organização Internacional do Trabalho**, 2019

GAIGER, Luiz Inácio; The Solidarity Economy in South and North America: Converging Experiences. **Journal of the Brazilian Political Science Association**, 11(3), 2017.

GODOY, Douglas Fernando dos Santos; CAMPOS, Ivan Ferreira de; Uma crítica ao caráter ideológico emancipatório da política de economia solidária implementada pelo Governo Brasileiro (2002-2013); Aurora, Marília, v.13, n. 2 , p. 77-96, 2020.

GUADARRAMA SÁNCHEZ, G. J. El modelo de fundaciones comunitarias en México: una aproximación desde la perspectiva de los bienes comunes. **Cooperativismo y Desarrollo**, 27(115), 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. **IBGE**. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7410>. Acesso em: 28 fev. 2022

KENWORTHY, Lane. Social Democratic Capitalism and the Good Society. **Social Democratic Capitalism**, 2020, p. 19-71.

LACHET, Noëlle Marie Paule. **Economia Solidária – Volume 1**. 2002. Disponível em: <http://retosalsur.org/wp-content/uploads/2013/09/Econom%C3%ADa-Solidaria-Volume-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LIMA, Terezinha Moreira. Economia Solidária e o Desenvolvimento Sustentável: possibilidades e desafios. V **Encontro Internacional de Economia Solidária**, 2007.

MENEGHETTI, Luana. IBGE: Desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado. **Veja**, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

NEGT, Oskar. **Arbeit und menschliche (Trabalho e dignidade humana)**. Göttingen, 2011.

POLANYI, Karl. **The great transformation**. Boston: Beacon Press, 1957.

PRESTA, S. R. Economía social y solidaria, trabajo y «don de sí mismo». **Cooperativismo y Desarrollo**, 28(116), 2020, p. 1-20. Disponível em: <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/co/article/view/3132>. Acesso: 10 fev. 2022

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio ganha primeira Unidade de Desenvolvimento de Economia Solidária. **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**, 28 dez.2021. Disponível em: <<https://prefeitura.rio/trabalho-e-renda/rio-ganha-primeira-unidade-de-desenvolvimento-de-economia-solidaria/>> **Acesso em: 05 fev. 2022.**

PREFEITURA DE MARICÁ. Moeda Mumbuca completa 8 anos de benefícios à população de Maricá. 29 dez. 2021. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2021/12/29/moeda-mumbuca-completa-8-anos-de-beneficios-a-populacao-de-marica/>. Acesso em: 01. mar. 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Dossiê: Movimentos Sociais • Soc. Estado**. 21 (1), abr. 2006.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. **e-cadernos CES**, n. 02, 2008.

SILVA, Sandro Pereiro; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de trabalho**, v. 57, p. 69-82, 2014.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, p. 29-30.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, Paul. **Economia Solidária – Volume 2**. [s.d.]. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/ecosolv2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VIEIRA, Patricia Carvalho. Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil.
VIEIRA, Patricia Carvalho. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 41, 2021, p. 63-81.